

O Território como Urgência: Uma luta pela reconstituição do país

José Reis

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Centro de
Estudos Sociais

Conferências de Aljustrel.
19 de maio de 2017

Três ideias simples

- Há um problema territorial sério em Portugal e ele é novo
- A reconstituição territorial do país é tão urgente como a recuperação macroeconómica depois do choque da austeridade
- A luta pelo território depende tanto da ação dos próprios territórios quanto de uma ação transformadora consciente do Estado

0. Relembrando o papel dos territórios regionais na evolução recente do país...

0.1. Uma tendência de desenvolvimento metropolitano com persistência de **dinâmicas locais** estruturadas e positivas

0.2 As **crises** dos anos 70 e 80, centradas em Lisboa, não teriam sido tão passageiras se não houvesse **capacidades territoriais** compensatórias em vários locais

0.3 Um país inteiro é mais do que um país centrado num ponto

1. Há um (novo) problema territorial em Portugal

1.1. Ele consiste num “**deslaçamento**” original dos nossos espaços regionais (espaços de vida; espaços produtivos; estruturas urbanas; recursos materiais e naturais), com a maioria deles a ficar para trás e abaixo de limiares mínimos de capacidade

1.2 Trata-se de um **problema novo**, muito diferente das anteriores desigualdades territoriais, que eram devidas a diferenças na capacidade produtiva e na qualificação dos territórios

1. Há um (novo) problema territorial em Portugal

1.3. Onde está a originalidade? Pela primeira vez, há uma situação de **crescimento unipolar**, com deslocação interna e intensa de mão-de-obra para um único centro, o que coloca a generalidade dos outros sistemas territoriais na condição única de fornecedores de recursos (quando antes eram também utilizadores de recursos)

1. Há um (novo) problema territorial em Portugal

1.4. Esse centro unipolar podia ser um lugar com um desenvolvimento sólido, inclusivo, com desenvolvimento da capacidade produtiva e valorização do trabalho, resultando daí qualificações elevadas e difusão para o conjunto do país. Sê-lo-á?

1.5. Tendências demasiado fortes no país: fornecedor de serviços baratos (turismo); uso de mão-de-obra qualificada a baixo custo; precarização.

1. Há um (novo) problema territorial em Portugal

1.6. Um pequeno exercício: o INE prevê que a população do país tenha decrescido 2% entre 2011 e 2015; terá havido, no entanto, cinco municípios que cresceram acima de 2,7% (Montijo, 5,4%; Odivelas, 5,1%; Alcochete, 5%; Mafra, 4,7%, Seixal 2,7%); vivem aqui perto de meio milhão de pessoas

1.7. O que é que tudo isto significa?

1.8. O modelo de desenvolvimento territorial de Lisboa como um problema territorial radicalmente novo.

2. Há uma razão para se estar a esquecer o território (a espessura do país): mas não reconhecer e identificar o problema é um risco que pode agravá-lo

2.1. O choque da austeridade colocou o país em situação de urgência e obrigou à concentração de esforços nalgumas coisas essenciais

2.2. Uma “economia política da recuperação” obriga a um esforço inicial desmedido em poucos mecanismos; é um passo inicial

2.3. Mas a “economia política da recuperação” tem também de recompor o país não o deixando “deslaçar”: não é uma simples questão de justiça territorial, é uma questão de assegurar capacidade coletiva

3. É preciso uma luta pelo território e há instrumentos para isso. Quais são?

3.1. Alguns instrumentos têm sido relembrados e demonstrados nas Conferências de Aljustrel - “Cidadania, Inovação e Território”. Base económica, atratividade territorial, redes e participação...

- O território é um ator, detentor de “ativos” gerais e de “ativos” específicos: o território não é um “passivo”
- Os instrumentos de ação do próprio território são parte da política pública

3. É preciso uma luta pelo território e há instrumentos para isso. Quais são?

3.2. Mas não há política pública para o território sem um expressa formalização da ação direta do Estado

- O equívoco de que as políticas territoriais são difusas
- O equívoco de que as políticas territoriais são a descentralização
- Os pontos fulcrais da política pública para o território têm de ser ações transformadoras (que contrariem as tendências negativas e potenciem as positivas)

3. É preciso uma luta pelo território e há instrumentos para isso. Quais são?

3.3. Hoje, em Portugal, devem sublinhar-se dois pontos fulcrais: beneficiar os territórios de baixa densidade e estruturar o sistema urbano em todos os seus níveis (garantir capacidade produtiva)

- Beneficiar a baixa densidade: a missão para a valorização do território
- Estruturar o sistema urbano
 - Compreender que estamos a assistir a um definhamento do sistema urbano, incluindo em pontos cruciais como expressão relevante
 - Refazer centros de racionalização
 - Assegurar uma rede territorial competente

Uma velha expressão de Roland Barthes:
devemos visitar os lugares que amamos; mas
importante mesmo é habitá-los

Contactos: Prof. José Reis

- Email: jreis@fe.uc.pt
- Telm: 916152044